

A educação para todos

- 9 JUN 1985

O programa *Educação para todos: caminho para mudanças*, documento que o ministro da Educação entregou ao presidente da República, consubstanciando suas intenções de enfrentar o sempre ladeado problema da educação básica no País, com o propósito de universalizá-la, de forma a atingir não só as crianças em idade escolar, mas "toda a população jovem e adulta não escolarizada pelo ensino regular", pouco contém de novo. Explicando-nos melhor, programas no mesmo sentido, e com análises mais acuradas, melhor apresentadas e bem melhor redigidas, têm havido muitos e não é por falta de documentos do gênero que o problema da educação elementar e os dele derivados, como o do analfabetismo e o do semi-analfabetismo, não foram até agora resolvidos. Ministros se sucedem, todos eles assumindo o compromisso solene, endossado pelos responsáveis superiores pelos governos, de enfrentar sem mais delongas essa chaga nacional, essa vergonha que é o nosso sistema escolar público primário, e tudo, às vezes independentemente da vontade deste ou daquele ministro, continua como dantes no quartel de Abrantes. E isso não tanto por

não serem mobilizados todos os "segmentos da sociedade", que teoricamente se deveriam interessar pela questão e aos quais o atual programa faz mais de uma referência, mas por falta de recursos oficiais suficientes e pela má utilização dos existentes. Além disso, os parcos recursos que sobram para a educação são, geralmente, usados na razão inversa das prioridades normalmente proclamadas: afinal, os analfabetos (embora hoje transformados em eleitores, em consequência da demagogia "republicana"), as crianças sem escolas e as que, mesmo tendo oportunidade de ir à escola, deixam de fazê-lo por motivos extrapedagógicos não fazem greves ou passeatas nem reclamam o "sagrado e indisputado direito" de obter, seja lá onde for e pouco importa de que forma, o diploma de curso superior — este sim, a *prioridade real* que se vem atendendo —, diploma que, na maioria dos casos, acaba não servindo nem ao País nem aos seus possuidores, pois que, freqüentemente, nem sequer lhes dilata os horizontes culturais. Assim sendo, na hora em que a retórica é posta de parte e se trata da distribuição das verbas escassas, a proclamada prioridade do ensino elementar

esquecida, ou, na melhor das hipóteses, adiada, para que sejam atendidos, em primeiro lugar, os que são capazes de fazer ouvir a sua voz.

Não pretendemos, com essas observações, é óbvio, colocar-nos contra o programa do Ministério da Educação, aliás, como já notamos, mal elaborado e pior redigido, num jargão que nem sequer atinge o nível do surrado "pedagogês", com tinturas de "economês", de que os burocratas da educação costumam fazer uso. O que queremos acentuar é que qualquer programa de educação elementar só poderá ganhar credibilidade à medida que for sendo, real e efetivamente, executado. Declarações de intenções, "juras de amor pedagógico" e toda a retórica do gênero apenas nos deixam de sobreaviso, à espera do que irá de fato acontecer e que é, no caso, a única coisa que tem significação.

Nessas condições, o primeiro teste real a que será submetida a tosca declaração de boas intenções apresentada ao presidente da República diz respeito à obediência ou não do governo dessa Nova República, cada vez mais parecida com as que a antecederam, produzindo uma desagradável sensação de *déjà-vu*, à

emenda constitucional do senador João Calmon, aliás mencionada no programa, na sua parte mais relevante ou, para falar com toda a franqueza, na sua parte que é relevante.

Ou o nosso Estado-empresário, que sacrifica as atividades que efetivamente lhe cabem — como as relacionadas com a segurança, a saúde, a educação e o aprimoramento das instituições jurídico-políticas — às que rouba à iniciativa privada, cumpre a lei e põe a serviço da tarefa educativa o que a lei a ela garante, ou toda a retórica relativa à prioridade do ensino básico continuará a ser o que é até agora: retórica. Não será com o clássico jogo de tapar os buracos das estatais deficitárias ou agindo dentro dos velhos hábitos "republicanos" de socorrer *empresas amigas* mal geridas, como no caso do Sulbrasileiro, que irão sobrar para a educação os recursos que constitucionalmente lhe são agora destinados, mas ela continua (e provavelmente continuará) a não receber.

O importante, agora, é esperar a atuação do governo no campo da educação. Se ela vier a revelar-se positiva e fecunda, não hesitaremos em dar-lhe todo o nosso apoio.